



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

## UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



**Agcom**  
Agência de  
Comunicação  
da UFSC

**13 e 14 de junho de 2015**

## **Diário Catarinense**

### **Notícias Pag. 13**

“Nota oficial das Entidades Médicas”

Nota oficial das Entidades Médicas / HU / UFSC / Operação Onipresença /  
Polícia Federal / Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago /  
Universidade Federal de Santa Catarina



**COSEMESC**

## **Nota Oficial das Entidades Médicas**

### **Pela apuração dos fatos**

### **e respeito aos profissionais do HU/UFSC**

As entidades médicas catarinenses defendem a completa apuração das denúncias feitas na Operação Onipresença, deflagrada pela Polícia Federal no atendimento médico do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC), com mandados nas cidades de Florianópolis, Itajaí, Criciúma e Tubarão.

Ao lado da população na defesa da saúde pública de qualidade e em reconhecimento aos médicos que conduzem com ética e seriedade as suas atividades nos hospitais em todo o Estado, as representações da categoria entendem ser fundamental a correta apuração dos fatos e a punição daqueles comprovadamente envolvidos nas denúncias.

Que a transparência das investigações, a garantia inviolável de defesa e o cumprimento das leis possam assegurar o respeito ao trabalho das centenas de profissionais que atuam com dignidade no HU/UFSC, mantendo a indispensável e histórica assistência prestada à sociedade pelo Hospital Universitário.

**COSEMESC – Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina**

**ACM – Associação Catarinense de Medicina**

**ACAMESC – Academia de Medicina do Estado de Santa Catarina**

**CREMESC – Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina**

**SIMESC – Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina**

**SIMERSUL – Sindicato dos Médicos da Região Sul Catarinense**

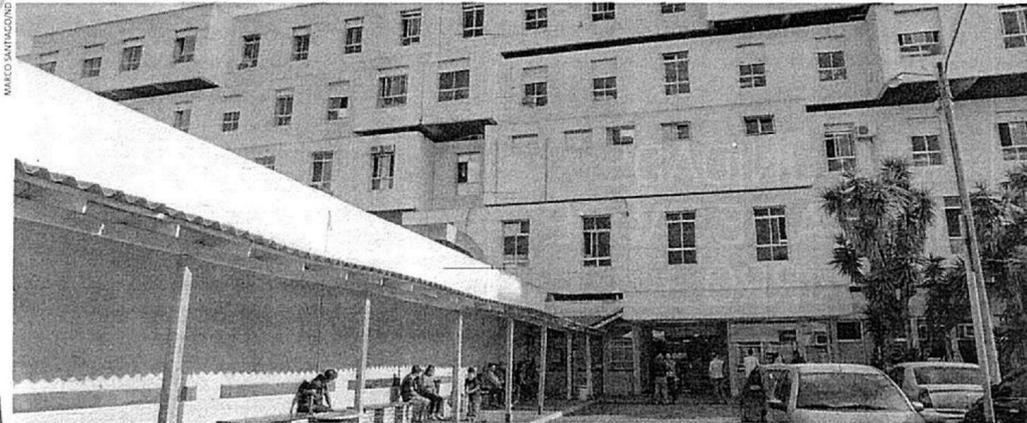
## Notícias do Dia Cidade

### "Hospitais precisam ter controle"

Hospitais precisam ter controle / Cartão ponto / Médicos / Auditorias / Operação Onipresença / Polícia Federal / Folha ponto / HU / Hospital Universitário / TCE / Tribunal de Contas do Estado / Controle de ponto

Cidade

NOTÍCIAS DO DIA  
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 13 E 14 DE JUNHO DE 2015



Registros. Auditoria no Regional, em 2011, constatou que apenas 8% dos médicos cumpriam toda a jornada de trabalho

# Hospitais precisam ter controle

## Cobrança. Auditorias levantaram irregularidades no cumprimento de horários e uso de cartão ponto

LEONARDO THOMÉ  
leonardo.thome@noticiasdodia.com.br  
@ND\_online

Na semana em que a operação Onipresença, da Polícia Federal, cumpriu 52 mandados de busca e apreensão em Florianópolis, Criciúma, Tubarão e Itajaí, para investigar médicos suspeitos de assinar a folha ponto no HU (Hospital Universitário) e abandonar as emergências para atender em clínicas e hospitais particulares, o questionamento que boa parte da população se fez foi se o controle da carga horária de médicos e profissionais da saúde é feito de forma eficaz em outras unidades hospitalares. De acordo com auditorias do TCE (Tribunal de Contas do Estado) realizadas em 2011 e 2012 nos hospitais Celso Ramos, Regional de São José e Infantil Joana de Gusmão, não.

Nos três hospitais, o TCE constatou deficiências no controle de ponto e na lotação de pessoal, a qual divergia do local da atuação profissional. Mesmo depois das auditorias, e com o governo do Estado garantindo que os problemas foram sanados, no início deste ano, o presidente do Sindsaúde (Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Florianópolis), Pedro Paulo das Chagas, procurou o TCE para denunciar supostas irregularidades praticadas no Infantil. A partir da denúncia, o TCE gerou outro processo de auditoria de atos de pessoal no Joana de Gusmão.

No Regional, a auditoria foi realizada entre agosto e setembro de 2012 e analisou dados do primeiro semestre de 2012. Foi constatada a falta de registro de ponto pela maioria dos médicos nos centros cirúrgicos Geral e Oftalmológico, agravada pela falta de barreiras físicas em entradas e saídas do hospital. "Entre os efeitos negativos, as horas utilizadas estavam sempre abaixo das contratadas, exceto o caso da cirurgia geral. Havia ainda mais de 5.000 pacientes em fila de espera para cirurgias", diz um trecho da auditoria.

Diferente do HU, administrado pela UFSC e de responsabilidade do governo federal, a Secretaria de Estado da Saúde garante que os hospitais estaduais da Grande Florianópolis adotaram controle biométrico a partir de julho de 2013. Uma funcionária do Celso Ramos, que prefere não se identificar, afirma que as máquinas foram instaladas em 2013, mas os médicos só passaram a utilizá-la há dois meses, enquanto o restante dos servidores utilizará o ponto a partir de julho.

**CONTROLE**  
Conforme a Secretaria de Estado da Saúde, quem não cumpre jornada não recebe

## Relatórios de acompanhamento no Regional e Infantil

Em setembro de 2013, o TCE determinou que a Secretaria de Estado da Saúde e a direção do Hospital Regional apresentassem um plano de ação, com estabelecimento de prazos e responsáveis para a adoção de providências sobre os problemas verificados na auditoria. Apenas 8% dos médicos atuantes no centro cirúrgico tinham registros que chegavam a 80 horas contratadas; 65% destes profissionais não atingiam as 80 horas contratuais; e 27%

sem qualquer tipo de registro. O plano se transformou em termo de compromisso entre as partes em 2014.

A mesma decisão determinou o encaminhamento de um relatório parcial de acompanhamento até 30 de junho deste ano. A previsão é que a análise da área técnica comece em novembro e seja concluída em 2015.

No Infantil, a auditoria de 2011 apontou que 77% dos médicos não tinham registro de frequência. O TCE aprovou o plano de ação

apresentado em conjunto pela secretaria e a direção do hospital para sanar irregularidades. A decisão determinou encaminhamento de dois relatórios parciais, em novembro de 2013 e dezembro de 2014. O primeiro foi encaminhado e analisado pela área técnica e está no MP. Depois, irá ao relator para emissão do seu parecer e voto a ser submetido ao Pleno. O segundo relatório ainda não foi encaminhado ao Tribunal, um atraso de seis meses.

## Illegalidades motivaram inquérito do Gaeco

O TCE deu início, em abril de 2011, a uma auditoria no Hospital Celso Ramos para verificar os controles existentes e o efetivo expediente prestado pelos médicos lotados na instituição, além de identificar as causas de possíveis problemas no atendimento que poderiam ser causados pela falta de médicos no local de trabalho. Diante das primeiras constatações de ilegalidades no cumprimento das cargas horárias e no registro do ponto, ainda em 2011, o TCE solicitou apoio ao MP-SC, o qual instaurou inquérito civil por meio do Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado). Durante todo o ano de 2011, diversos médicos do Celso Ramos foram monitorados.

Em 2012, o Gaeco determinou busca e apreensão de documentos relevantes ao inquérito, que resultou na Operação Hipócrates, ainda em andamento e cujo desfecho pode se dar nos próximos meses com a denúncia de médicos

envolvidos. Paralelamente, o TCE fez diligências complementares, mas a continuidade da auditoria ficou sob a dependência de informações da perícia técnica dos documentos e dados apreendidos pelo Gaeco, a ser realizado pelo Instituto Geral de Perícias.

A perícia foi concluída no primeiro semestre de 2013. Em seguida, considerando o sigilo das investigações, foi solicitada cópia do resultado da perícia judicial em 2013, uma vez que o TCE não teve acesso às informações. Em outubro de 2014 é que o Poder Judiciário autorizou o acesso às informações periciais aos técnicos do tribunal.

A partir dessa data é que a área técnica do TCE teve possibilidades de dar continuidade à elaboração do relatório técnico, o qual está em fase final de conclusão. Concluída esta etapa, o processo terá de ser encaminhado ao conselheiro relator para autorização do contraditório e ampla defesa, previsto para ocorrer em julho.

## Nota da secretaria

A reportagem tentou por dois dias conversar com os diretores dos hospitais Celso Ramos, Regional e Infantil. A assessoria de comunicação da Secretaria de Estado da Saúde, porém, disse que só seria possível responder à demanda da reportagem por meio de nota, pois os fatos relatados seriam de anos anteriores. A assessoria também não soube responder como estão os encaminhamentos determinados pelas auditorias que verificaram irregularidades nestes hospitais. O secretário João Paulo Kleinübing estava em viagem ao exterior e não pôde atender a reportagem.

A nota diz que em julho de 2013, em razão de cobrança de diversos órgãos de controle e fiscalização, como MP-SC e TCE, começou a ser adotado o ponto biométrico nos hospitais administrados diretamente pelo Estado – inclusive na secretaria. "O sistema é todo integrado e com os dados arquivados. Hoje, quem não cumpre carga horária não recebe", diz a nota da secretaria.

“Servidores vão à Polícia Federal para depor voluntariamente”

Servidores vão à Polícia Federal para depor voluntariamente / PF / Controle / Horários de trabalho / Hospital Universitário / Florianópolis / Operação Onipresença / Ildo Rosa / Controle de frequência / CGU

NOTÍCIAS

DIÁRIO CATARINENSE, 12  
SÁBADO,  
13 DE JUNHO DE 2015

ONIPRESENÇA | JORNADAS NA UFSC

# Servidores vão à Polícia Federal para depor voluntariamente

## Investigações apontaram acúmulo

**MÉDICOS, ENFERMEIROS E** técnicos procuraram a PF para fornecer informações a respeito de como funcionava o controle dos horários de trabalho no Hospital Universitário de Florianópolis

GABRIEL ROSA  
gabriel.rosa@diario.com.br

Desde a deflagração da Operação Onipresença terça-feira, funcionários e servidores do Hospital Universitário (HU) da UFSC – incluindo médicos, enfermeiros e técnicos – tem procurado a Polícia Federal em Florianópolis para fornecer informações a respeito de como funciona o controle de horários dentro da instituição.

A operação investiga 27 médicos que teriam descumprido obrigações contratuais, principal-

mente atendendo em consultórios e empresas particulares durante o horário em que deveriam atuar na UFSC. A Polícia Federal cumpriu 52 mandados de busca e apreensão em Florianópolis, Tubarão, Itajaí e Criciúma para recolher documentos que possam ajudar nas investigações.

### MAIS DE 120 SERÃO CHAMADOS

Na terça-feira, a polícia já havia adiantado que ao menos 120 funcionários do hospital devem ser ouvidos nas próximas semanas. Entretanto, antes que sequer hou-

vesse a convocação, diversos já procuraram a sede da PF na Beira-Mar Norte para conversar com os investigadores. A informação é do delegado Ildo Rosa, do setor de comunicação. Sem confirmar o número de servidores que procuraram a polícia, ele explica que os relatos podem contribuir mais no sentido de confirmar hipóteses do que instaurar novas dúvidas.

– Alguns deles chegam aqui e nos relatam coisas que já sabíamos, mas que ainda não foram divulgadas. Mesmo assim é importante que isso aconteça, porque podem eles acabar dando mais peso para linhas específicas

na investigação.

Segundo a Polícia Federal, nenhum dos 27 médicos investigados foi escutado até agora. Eles serão intimados e só depois deverão comparecer para depor. A polícia tinha pedido, mas a Justiça negou a condução coercitiva deles – que é uma obrigação de ir até a delegacia para prestar esclarecimentos.

Além de punições administrativas, como a perda da licença, os envolvidos podem ter que ressarcir os valores que receberam sem ter trabalhado de acordo e perder os cargos públicos.

Embora a investigação da PF esteja em desenvolvimento, apurações anteriores revelam que o acúmulo de funções e questionaram o controle da frequência por parte de médicos do HU da UFSC. Em auditoria feita em 2012 com 223 profissionais alocados no hospital, por exemplo, a Corregedoria-Geral da União (CGU) apontou que 29% deles exerciam administração ou gerência em pelo menos uma empresa particular.

A análise da CGU destacou três apontamentos. Em dois deles, os auditores entraram em contato com estabelecimentos particulares – uma fundação e uma universidade – e identificaram um conflito de horários com o HU. No terceiro, uma paciente que viajou a Florianópolis para se consultar no HU fez uma reclamação formal após ser conduzida a um consultório particular, em carro oficial da UFSC, onde se encontrava o médico que a atenderia.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

## CLIPPING DIGITAL

13/06/2015

[Direito a acompanhante](#)